

Razão narrativa: significado e memória*

Yonne de Souza Grossi**

Amauri Carlos Ferreira***

“Há histórias de vida mais ou menos ricas, mais completas ou mais fragmentadas. Não acredito que seja efetivamente possível a obtenção de uma história de vida completa, tantas são as facetas e os fatos que envolvem uma vida. É evidente que uma vida não poderia ser revisitada em um processo seletivo que se impõe envolvendo o próprio lembrar, em geral determinado pelo próprio narrador.” (Lang, 1996, p. 34-5)

EM *AS PALAVRAS ANDANTES*, Eduardo Galeano (1994, p. 170) narra a respeito da memória de Pola Bonilla, talentosa ceramista e mestrescola dos campos de Maldonado que, no verão, oferecia aos turistas suas esculturas e chocolate com churros. Moldadora de barros e crianças, um dia Pola adotou um menino nascido na pobreza, dos muitos que chegam ao mundo sem ter com quê, e o criou como se fosse um filho. Quando ela morreu, ele já era crescido e com ofício. Então,

* Este trabalho, em sua versão preliminar, foi apresentado no V Encontro Nacional de História Oral, realizado em Belo Horizonte, em novembro de 1999.

** Professora do Departamento de Sociologia e Relações Internacionais da PUC-MG.

*** Professor do Departamento de Filosofia e Teologia da PUC-MG.

os parentes de Pola disseram a ele: entre na casa e leve o que quiser. Ele saiu com uma fotografia dela debaixo do braço e se perdeu nos caminhos...

Nosso objetivo, como pesquisadores, é trabalhar narrativas que ganham voz na fala de seus sujeitos. Mas pretendemos ir além da teia instigante dessa forma discursiva. Desejamos pontuar, entre o momento da fala e o eternizar da escrita, desvãos que vazam no tempo o sentido da existência. Desejamos sondar, na memória que se abre à escuta, ecos de lembranças sepultadas. Almejamos tecer, no brilho da história contada, uma nova tapeçaria textual.

Entretanto, ao contemplar essa tríade temática que acolhe tempo, memória e narrativa, algumas questões nos intrigam. Como se forjam marcas que iluminam as experiências? Que respostas possíveis os itinerários de vida propõem para os sujeitos que contam suas histórias? Qual é o lugar de significação da resposta no quadro indefinido da vida humana?

As horas do tempo fazem memória?

Pensar o tempo pode ser traçar linhas que configurem a singularidade de cada um, mas que também revelem o coletivo que passeia por esse trajeto. Assim, a temporalidade poderia ter como suporte a condição humana de sujeitos que vivenciam a história de sua experiência de vida. Entretanto, há outras territorialidades flutuantes quando se enuncia o tempo. Nesse ponto, ficamos seduzidos “pelas nascentes, aquela escura e misteriosa região das ‘Madres’, de onde ascende à superfície da terra tudo que tem figura e vida” (Holanda, 1991, p. 453).

De uma turgência na região das origens, duas tradições entrecruzam-se face à questão do tempo. Do ritual védico emerge Kala, o devorador. Impiedoso e cruel, não deixa lacunas que possibilitem o trajeto de volta. Antes dele nada foi consumado, depois dele, tudo está perdido. Do mito grego surge Cronos dançarino, cujos passos são regulares, ritmados, repetidos em seu bailado cíclico e periódico. Na descrição de Hesíodo (De Lara, 1991, p. 51), o grande Cronos de “curvo pensar” representa o simbolismo do tempo associado a formas circulares, expressando o ciclo da vida. Em ambas as tradições, “o tempo,

em sua velocidade que amedronta, surgirá projetado em figuras animais, nas quais o homem primitivo espelhou a irreversibilidade de seu movimento, cujo durar escapa-nos ao controle” (Beaini, s.d., p. 14).

Mesmo a medida mecânica do tempo hospeda-se em uma nascente mítica. As horas eram filhas de Zeus e de Têmis. Elas personificavam o ano e as estações e, posteriormente, as horas do dia. Em sua textura iconográfica eram representadas como três jovens graciosas: Eunômia, a disciplina; Dique, a justiça e Irene, a paz. Eram deusas da ordem e asseguravam o equilíbrio da vida social (Brandão, 1991, p. 582). Todavia, as instituições apropriaram-se das horas para organizar, entre outras coisas, o tempo. Para que os dias não se sucedessem ininterruptamente, sem marcas que ligassem semanas, meses, anos. Dessa forma, temos o tempo linear, quantificado, mercantilizado, estruturando, entre outras, atividades do cotidiano. Medir e calcular o tempo será uma convenção estabelecida pelos homens, quando se desfaz “a representação do tempo regido pela natureza” que se relacionava “às tarefas cíclicas e rotineiras do trabalho” (Bresciani, 1984, p. 38).

A racionalização das formas de medir o tempo constitui um processo que remonta à invenção do relógio mecânico no século XIV. A quantificação do tempo atinge o mundo do trabalho dando origem à idéia de jornada, carga-horária, horas-extras, férias etc. O que seria do mundo administrado de Adorno sem a criação das horas, sem a escuta atenta dos ritmos e movimentos? Entretanto, Thomas Mann, em *A Montanha Mágica*, lembra-nos: “dizemos que o tempo passa. Está bem, deixe-o passar. Mas para que possamos medi-lo, seria preciso que decorresse de modo uniforme; e quem lhe garante que é assim?”

Percebe-se um dilema entre o tempo da natureza, constituído por unidades cronométricas regulares, uniformes (relógios, calendários etc.), e o tempo da experiência, com suas descontinuidades, fissuras, fragmentações, distribuído de modo desigual (Maciel, 1993, p. 39-40). Esse conflito é crucial nas obras de Proust (*Em Busca do Tempo Perdido*), de Kafka (*O Processo*, *O Julgamento*), de Virgínia Woolf (*Orlando*), de Oscar Wilde (*O Retrato de Dorian Gray*) e de Thomas Mann (*A Montanha Mágica*). As linhas de fuga atravessam o tema da rememoração, escandindo-o com velocidade e lentidão, com intensidade e sutura, com territorialização e desterritorialização, fazendo daquelas obras um pensar perplexo sobre a experiência do tempo no contexto existencial.

Como dar existência escritural ao tempo? Evocaremos a memória capaz de concretizá-lo através de um tempo de lembrar, pois, para Benjamim, “tudo é importante, conta e merece ser contado, pois todo o dia é o último dia. E o último dia é hoje” (Bosi, 1983, p. 18). A memória lembra uma fronteira, cujas territorialidades itinerantes redefinem-se continuamente. Urde cenários que dissertam sobre o passado de uma vida cuja perda é irreparável. Ostenta campos onde se podem colher fragmentos de um mundo que se desintegrou. Também guarda câmaras, às vezes assustadiças, que se recusam a abrir. À deriva, ruínas, resíduos e detritos são capazes de impedir o acesso a lacunas promissoras. Pode tornar-se interdito à memória lembrar histórias que nos colocam em situação de desonra, de impotência e de perda. Dessa forma, ajustes na memória, em termos de esquecimento, podem ajudar “um retorno ao passado, de forma que possamos, mais facilmente, assumir o que somos hoje” (Theodoro, 1998, p. 65). Mas também há frestas de leite que assanham, no gozo da experiência de lembrar, o que passa pelo coração. É como descerrar um mundo que estava perdido, onde o próprio presente, como fronteira, traça o limite da memória do percurso.

Em outras palavras, parece que tudo é vulnerável, tudo é equívoco, que tudo pode mudar, desaparecer ou se revelar. Não há como negar o valor da memória como processo vivido, em evolução permanente, no dizer de Nora (Le Goff, 1979, p. 19). Trata-se de uma “construção imaginária e de elaboração simbólica” (Santos, 1997, p. 19). Na perspectiva dessa construção do passado no presente vivido, é possível projetá-lo no espaço do sagrado. Quem rememora tece uma relação afetiva com o passado com tendência a mitificá-lo.

Como se enreda no tempo uma memória? Qual o seu lugar de significação? A memória costuma espalhar seus fragmentos, como a própria vida que sustenta a experiência. Como ensina, dentre outros, Janice Theodoro (1998, p. 63), ao lembrar que no passado há vazios e “momentos que desaparecem na linha do horizonte. E a partir desses relatos, dessas descrições, dessas lembranças tênues, perceberemos que a memória possui estranhos marcos”. Qual seria a guia para a escolha de marcos que expressem o tempo traduzindo-se em narrativas? Que imagens sucumbem na memória? Que histórias se dissolvem no horizonte? Como tramar o enredo de uma narrativa inteligível, alicerçada em

valores? Nesta perspectiva pode-se dizer “que a identidade existe porque sei contar quem sou, independentemente daquelas informações serem verdadeiras ou falsas. Toda identidade é construção”.

Ao tentar perceber por que algumas marcas sobrevivem enquanto outras desaparecem, aflora a questão da experiência. O mundo vivido, ao se manifestar, torna visível o sentido que se empresta a ele. Também assim na fala de Ricoeur, a experiência designa “a existência de um ser a dizer que tem precedência ao dizer” (Barbosa, 1997, p. 33). A substância do vivido vai expressar-se como pensamentos, atitudes, sentimentos, valores, normas, comportamentos. Trata-se de um substrato que permite ao sujeito entrar em contato com a realidade, cujo apoio precedente são as instituições.

Configuram uma experiência os textos de memória povoados por fatos e personagens que se envolvem e se interligam no enredo expressivo do mundo vivido. Será assim penetrado um território estriado por marcas que delineiam, contornam e modulam a paisagem das “cenas-fulgor”, emprestando uma expressão de Gabriela Llansol (1997, p. 211). Consideramos as cenas-fulgor, núcleos que cintilam marcas dotadas de significação para uma pessoa. Seriam lugares de emergência simbólica nos quais se acumula a história por conter vozes de outras épocas. Representariam “essa região fulgurante, esse ponto voraz do qual emergem as imagens e as vozes”. Depositários de memória resplandecem itinerários de vida, subjugando a voz que narra nas malhas da letra que registra. Simbolizam cenários desencarnados que prescindem de seu poder sobre os corpos. Por último, as cenas fulgor “são como as cheias de um rio, que guardam os extratos do tempo e dos acontecimentos” ou a tensão do agora quando mostra que “hoje passada a madrugada, continuei o dia com a minha parte mais sombria: soltaram-se as minhas recordações, presentes, passadas, futuras, e não encontrei caminho linear entre elas” (Ibid., p. 224).

Mas, se o tempo submerge lembranças, como negociar a senha da abertura de possíveis fluxos de memória? O que justificaria a escolha de momentos que demarcariam linhas de horizonte? Como destrinçar a teia emaranhada de fragmentos do passado para compor um novo desenho textual?

Vozes habitam palavras na escrita da memória

A voz segue com cautela o deslindar do passado e pouco a pouco descreve experiências vividas. As palavras cartografam vivências a partir de um tempo ausente que se tornou presente pela linguagem. Esse é um “tempo que nos arrasta em seus passos miúdos” e, no dizer de Lya Luft, “devora tudo pelas beiradinhas, roendo, corroendo, recortando e consumindo”. Na esteira do tempo (Cronos), esse devorador age e tudo consome; sua irmã, a memória (Mnemósine), guarda os momentos mediante a razão narrativa, presente nos sujeitos através da linguagem. Esta expressa, na razão narrativa, um instrumento de poder, ausência e sedução.

A ausência está subordinada ao que já se passou na vivacidade do momento vivido. Torna-se presente pela memória, objetivando-se através da linguagem falada no ritual da narrativa. Dessa forma, tem-se a ausência como sinalizadora do passado que torna presente, pela narrativa, as impressões menos vivazes, mediante o ato de lembrar e de recordar. O poder e a sedução remetem ao encantamento do outro que, no registro do falante, tranqüiliza-se ao penetrar em sua escuta e aprisioná-lo na teia de significados que a narrativa oferece. O narrador, no momento de sua fala, exerce sobre o outro o poder de seduzir, desviando atenções para as cenas fulgor de sua vida. Assim, a linguagem, a partir da razão narrativa, registra contornos presentes no falar dos sujeitos, demonstrando o acontecido nas dobras do tempo, como um evento que se caracteriza pelo pressuposto da verdade vivida.

A razão narrativa desemboca no saber contar um fato real ou imaginário, despertando no ouvinte o desejo de significar experiências vividas que não retornam mais. Nesse contar é que a história (Clio), filha de Mnemósine, abre cenários para se interpretar a teia de acontecimentos. Assim, o sujeito que narra é portador de uma memória que esculpe, no tempo, uma história. É memória poderosa que, no dizer de George Balandier, faz emergir “o presente e aparece, se forma e age durante períodos em que a história se impulsiona, sobretudo quando surge dos dilaceramentos que levam a uma recomposição da sociedade e do poder, da cultura e dos sistemas simbólicos” (Balandier, 1999, p. 45).

O sujeito que narra no eterno presente sua vida considera seu momento o mais importante ao trazer a lembrança de acontecimentos

na arte de contar, uma vez que “a potência de contar começa em todas as partes e em todos os lugares. Será necessário contá-la por todos os lados e em todos os sentidos, por todos os fragmentos e pela própria fragmentação. E, ao mesmo tempo, a cada momento ajuntar a fragmentação” (Faye, 1996, p. 33). Na escrita da memória, as palavras tomam forma para fazer habitar o passado na voz do narrador, que “conta histórias que podem sobrepor muitas camadas de imaginário e real, pois sabe que os limites são tênues e poderosa a liberdade com todos os seus perigos.” (Luft, 1999, p. 16). O narrador poderá manejar histórias, inventar e desinventar, fazendo a trama da vida existir como drama ou comédia.

A interpretação de um fato pelo narrador detém a memória registra um modo de freqüentar o mundo. Assim, a construção da identidade do narrador se imbrica com a memória em direção ao território da alteridade, em jogos de poder que enlaçam grupos sociais estruturados. O narrador, ao contar experiências vividas com o outro, expressa a necessidade de um lugar para se amparar. No dizer de Halbwachs, “um grande número de lembranças reaparecem porque nos são recordadas por outros homens”; o que pode acontecer mesmo “quando esses homens não estão materialmente presentes” (1990, p. 36). Essas lembranças são referenciadas pelas classes sociais, grupos de convívio etc. Dessa forma de dependência do indivíduo na construção de sua identidade resultam maneiras peculiares de narrar o itinerário de uma existência que se diferenciam no modo de contar um fato; assim, “se as lembranças permanecem coletivas, e são lembradas pelos outros, mesmo que se tratem de acontecimentos dos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos é porque em realidade, nunca estamos sós” (Ibid, p. 26).

Se o ato de lembrar remonta-nos ao passado vivido pelos sujeitos, a lembrança seria, no dizer de Halbwachs, “uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente e, além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifesta-se já bem alterada” (Ibid., p. 71).

A lembrança conduz o indivíduo a cenas vividas em conjunto, imagens que se tornaram presentes num tempo em que presenciamos o acontecido. No entanto, no decorrer da vida, momentos vividos vão fazendo parte de uma construção permanente da existência, passando-se

a lembrar do que aconteceu mediante o contato com pessoas, lugares, vozes, músicas, que levam o sujeito a associar impressões vivazes. Para o sujeito que narra, torna-se impossível narrar tudo, lembrando-se ele apenas de partes significativas do passado. A lembrança evoca momentos vividos, preenchendo o agora com referências construídas no contato com os outros, no qual a identidade como metamorfose constituiu-se, pois “somos aquilo que pensamos, amamos, realizamos (...) somos aquilo que lembramos. Além dos afetos que alimentamos, a nossa riqueza são os pensamentos que pensamos, as ações que cumprimos, as lembranças que conservamos e não deixamos apagar e das quais somos o único guardião” (Bobbio, 1997, 30).

O sujeito como guardião de suas lembranças é portador da memória que se expressa numa razão de ser, e a partir de seu narrar o passado torna-se presente num reconhecimento marcado nos povos: somos o construir da nossa memória. As experiências do viver deixam traços no vazio do tempo, possibilitando juntarem-se pedaços de vida que já não são mais; no entanto, representam dados aos quais se atribui um sentido para viver, permitindo que a qualquer momento se possa partir. Dessa forma, o ato de lembrar, remontando vivências, traz à memória conteúdos vividos no passado em que a razão narrativa invoca, numa nostalgia quase em luto, o ato de recordar. A palavra recordar vem do latim *re-cordis*, tornar a passar pelo coração, fazer vir à memória a lembrança. Esse ato é o esforço particular do sujeito em trazer de volta cenas-fulgor que impregnam o seu existir. Esse exercício singular na narrativa dos sujeitos faz parte da memória do corpo, uma vez que só se recorda o que passou pela corporalidade. O saber se constitui no território do vivido, na degustação de experiências prazerosas ou desgostosas. As cenas-fulgor de Llansol assemelham-se à desmedida grega: recorda-se o que é demais, conteúdos da memória que se fizeram lembranças.

A razão narrativa para o sujeito em seu ato de passar de novo pelo corpo, e o saber-sabor da vivência singular do passado, problematizada por Halbwachs, mostram-nos que o ato mnemônico só existe em relação aos outros. Esse pressuposto abre uma fresta para a construção do que Georges Balandier sugere: “uma teoria da memória relacionada com o sujeito individual, não é somente teorizar considerando a percepção, a lembrança e a imagem, a representação útil à ação, é também

produzir uma teoria do lugar – o corpo – onde se situam os mecanismos que permitem que a memória opere, é uma teoria das temporalidades e do tempo vivido. O que leva à questão da liberdade” (Balandier, 1999, p. 47).

Essa questão impõe-se a cada escuta atenta a vozes que estão impressas em memórias desconhecidas ao pesquisador e remete-nos ao respeito à memória inscrita no corpo do narrador em seu ato de recordar e lembrar. Essa é a razão narrativa que, segundo Faye, “ignora ou se abstém de saber que seus objetos giram em torno dela e que ela os determina ou os modifica” (Faye, 1996, p. 23).

Assim, a razão narrativa leva o sujeito, no ato de lembrar e de recordar, à reflexão de sua existência efêmera neste mundo que “não tem princípio nem fim, um pressuposto que só parece natural a seres que sempre chegam em um mundo que os precede e que a eles sobreviverá” (Arendt, 1991, p. 18). Essa angústia de se deparar com o limite da morte leva-nos à construção de imagens que se perpetuem aos que virão depois. Dessa forma, a memória cumpre seu papel de guardar lembranças que, pelo ato de recordar dos sujeitos, trazem de volta o que ficou inscrito. Assim, a razão narrativa cumpre seu objetivo de ser portadora da memória.

Somos seres de um dia?

Na esteira de uma narrativa ocorre a mediação simbólica da ação de sujeitos que narram histórias, percursos e fábulas. No entanto, quando trabalhamos com itinerários de vida, há uma dispersão de fluxos. Entre eles, há uma voz que se configura em palavras, cujos ecos guardam ressonâncias de épocas (Guimarães, 1997, p. 229). Ensina Bergson, entre outros, que “há sempre algumas lembranças dominantes, verdadeiros pontos brilhantes em torno dos quais os outros formam uma vaga nebulosidade. Esses pontos brilhantes multiplicam-se à medida que se dilata nossa memória” (Bergson, 1990, p. 140). Sejam nas cenas-fulgor de Llansol ou nos pontos brilhantes de Bergson, a qualidade da recordação possibilitará orquestrar histórias de vida. Assim também com o homem, sujeito dessa experiência quando narrada.

Ao observar o tempo de duração do registro de narrativas, fontes pesquisadas nos autorizam a afirmar que uma história de vida resulta,

em média, de 9 a 12 horas de gravação. Excepcionalmente, temos narrativas que duram 15, 20 horas, como também 5 ou 3 horas, dependendo do grau de profundidade a alcançar. Todavia, as histórias de vida mais longas, ao ultrapassar esses altos limites contêm repetições¹. Em contrapartida, as pessoas ouvidas passam, às vezes, dos oitenta, noventa anos, sem mencionar os mais novos. Que mediações direcionam esse descompasso? O que se vai consumindo, tornando-se irrecuperável? É possível perceber o processo de seleção das lembranças?

Nada mais eloqüente para esta reflexão do que a imbricação de tempo, memória e narrativa que discutimos anteriormente. Entretanto, tornam-se presentes razões que negociam um relato ao lhe devolver o passado. Ricoeur (1998, p. 32-3) pontua que “o que é narrado é sempre a vida; contudo a vida como tal não forma por si mesma uma totalidade de sentido, mas totaliza-se pela narração. O sentido do tempo vivido é sempre uma interpretação, nunca um dado imediato”.

Em sua vida diária, o sujeito comum tem a atenção focal dirigida para pontos que correspondem a um campo desimantado, no qual fenômenos banais tecem um cotidiano de ritmos, padrões, atitudes fixas etc. Pequena margem costuma-se deixar para o que é livre, fluido, inesperado. Uma vida sem rotinas é tida como irracional e arbitrária. A possível previsão de atividades cristaliza hábitos que nos tornam presas de instituições e, muitas vezes, de pessoas. É como se os sujeitos vivessem em espaços congelados, constelações isoladas, núcleos atomizados. Vivenciar o mesmo pode oferecer-nos segurança e, não raro, proteger-nos de situações sem garantias.

Essas cenas representam hábitos, padrões, costumes de gente que “acredita no trabalho, na disciplina, na empresa, que tem na eficiência e no sucesso profissional seus mais altos critérios de valor, que ama a paz do lar e detesta a desordem das ruas” (Kehl, 1989, p. 36). Há como que um jogo astuto de ausentar do fermento da inquietação cotidiana. Não que inexistam cores a se inventar, pois a presença no mundo significa estar junto às coisas, sejam reais ou imaginárias. Sabe-se, também, que a cor adere à superfície que a acolhe.

¹ Informações coletadas junto aos programas de História Oral do CPDOC, da UFMG, da PUC-MG, bem como através de pesquisadores independentes paulistas, cariocas e mineiros, em 1999.

Assim, o narrador, ao construir sua história de vida, atravessa fissuras da memise, despertando as cenas fulgor como experiência decisiva de sua subjetividade. Dispõe, então, do instante seguinte para narrar. Sua inscrição no mundo deixa marcas traduzíveis em gravações de duração variável. Mesmo quando ultrapassam a média, raramente duram mais que um dia no tempo do mundo. Quando isso acontece, as atividades rotineiras, assustadiças, podem crispar-se: não contam as dezenas e dezenas de vidas do narrador? De que valeram? Resta lembrar-lhes de que apenas são raízes ou “sustento no duplo sentido do que funda e do que alimenta” (Muchail, 1989, p. 14). Em outras palavras, aquelas cenas seriam molduras possíveis no registro da vida.

Indagamos: qual a representação das lembranças para o narrador, se no intervalo do existir tão pouco tempo importou? Não haveria uma sensação de perda irreparável? Também para o pesquisador, qual o sentido em atribuir significados a histórias que não lhe pertencem? Por que construir histórias que se sustentam em discursos e falas, que fogem à nossa época?

Ao interrogar a história, o sujeito, em sua narrativa, aponta-nos caminhos que podem fazer-nos recordar a angústia de existir. A angústia de estar num mundo de escolhas trágicas universalmente toca a face do sujeito, levando-o à lembrança de lugares de memória, já visitados, revisitados, construídos e reconstruídos. Eles demonstram que não iremos permanecer no mundo, pois, como diziam os gregos, somos “seres de um dia só”. Por mais que se deseje ultrapassar as fronteiras das nações, o dia se finda, o amanhã chega, seres nascem e partem na nostalgia de ter vivido apenas um dia. Assim, a razão narrativa que permite trazer de volta eventos que nunca foram contados, também nos permite compreender que os seres em sua entrada neste mundo já tinham um destino a cumprir, ou seja, partir. Uma jornada longa ou breve pertence a um corpo que em sua solidão, às vezes humilhado pelos anos ou pelas contingências da vida, recorda e traz lembranças de um passado perto ou distante, de uma experiência que carece ser comunicada. Rousseau, em sua terceira caminhada, indagou: “de que vale aprender a conduzir melhor seu carro quando se está no fim de um percurso?” (Rousseau, 1995, p. 41).

Contudo, é nesse itinerário da memória, daqueles que constroem o vivido pela lembrança, numa razão que narra o passado com a vitalidade

do presente que pode acabar a qualquer momento, que remontamos à indagação e à reflexão de Norbert Bobbio: “Mas quanto dura a lembrança? Em relação ao desejo ou esperança da imortalidade, quão breve é a lembrança no tempo! Apenas poucos homens, grandes no bem ou no mal, deixam lembranças indelévels e chegam de fato a ser chamados enfaticamente de imortais. Mas e outros, a infinidade de outros que se perdem para sempre no tempo?” (Bobbio, 1997, p. 42-3).

A decisão pela escuta de sujeitos, escolhendo entre a multiplicidade dos que vão narrar histórias de vida ou histórias temáticas, remonta à inscrição de seres que narram seus itinerários. Estes só permanecem no tempo quando há um registro, um testemunho, uma fala que pode, às vezes, interrogar a respeito da angústia de entrar no mundo para depois partir. Quando “a vida torna-se morte é como se tal morte houvesse possuído essa vida o tempo todo. Morte sem aviso. Equivale a dizer: a vida pára. E pode parar a qualquer momento” (Auster, 1982, p. 7). Assim, indagamos: para que construir histórias se morrer é uma possibilidade a qualquer momento?

A inscrição do vivido na memória do corpo carece de permanecer no mundo desejando imortalidade. Leva-nos a continuar construindo histórias com fragmentos e ruínas do passado. A razão narrativa, como significação e memória, objetiva apenas expressar vozes que desejam ser escutadas e que fazem parte de uma história: a história da humanidade, moldando espaços, entretecendo lugares.

Referências bibliográficas

- ARENDETT, Hannah. *A vida do Espírito*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1991.
- AUSTER, Paul. *O inventor de Solidão*. São Paulo, Círculo do Livro, 1982.
- BALANDIER, Georges. *O Dédalo para Finalizar o Século XX*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1999.
- BARBOSA, Ivone Cordeiro. “A Experiência Humana e o Ato de Narrar; Ricoeur e o lugar da interpretação”. In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 17, n. 33, 1997.
- BEAINI, Thais Curi. *Máscaras do Tempo*. s/d, mimeo.
- BERGSON, Henri. *Matéria e memória*. Rio de Janeiro, Martins Fontes, 1990.
- BOBBIO, Norbert. *O Tempo da Memória*. São Paulo, Campus, 1997.

- BOSI, Ecléa. *Lembranças de Velhos*. São Paulo, Queroz, 1983.
- BRANDÃO, Junito de Souza. *Dicionário Mítico-Etimológico da Mitologia Grega*. Petrópolis, Ed. Vozes, 1991.
- BRESCIANI, Maria Stella M. "Metrópoles: as faces do monstro urbano". In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 5, n. 8/9, set. 1984/abr. 1985.
- CESAR, Constança Marcondes. "O Problema do Tempo". In: CESAR, Constança Marcondes (org.). *Paul Ricoeur: ensaios*. São Paulo, Paulus, 1998.
- FAYE, Jean Pierre. *A Razão Narrativa – a filosofia heideggeriana e o nacional socialismo*. Rio de Janeiro, Ed. 34, 1996.
- GALEANO, Eduardo. *As Palavras Andantes*. Porto Alegre, L&PM, 1994.
- GUIMARÃES, César. *Imagens da memória; entre o legível e o visível*. Belo Horizonte, UFMG, 1997.
- HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo, Ed. Vértice, 1990.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Fausto*. Belo Horizonte, Villa Rica, 1991.
- KEHL, Maria Rita. "A Razão depois da Queda". In: FERNANDES, Heloisa Rodrigues (org.). *Tempo do Desejo*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1989.
- LANG, Alice Beatriz. "História oral: muitas dúvidas, poucas certezas e uma proposta". In: MEIHY, José Carlos Sebe Bom (org.). *(Re)introduzindo História Oral no Brasil*. São Paulo. Ed. Xamã, 1996.
- LARA, Sílvia Maria Contaldo. *Tapeçaria do Tempo; uma análise de Ana Terra*. Dissertação de Mestrado, PUC-MG, 1999.
- LUFT, Lya. *O Ponto Cego*. São Paulo, Mandarin, 1999.
- MACIEL, Débora Alves. *Vampiros, Lobisomens e Assombrações; um estudo sobre as relações entre padrões temporais e ordem social*. Dissertação de mestrado, UFMG, 1993.
- MANN, Thomas. *A Montanha Mágica*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980.
- MUCHAIL, Salma. *Lou Salomé: o 'elementar' por sobre a vida*. São Paulo, EDUC, 1989.
- NORA, Pierre. O Retorno do Fato. In: LE GOFF, Jacques Goff & NORA, Pierre. *História: Novos Problemas*. São Paulo, Francisco Alves, 1979.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Devaneios de um Caminhante Solitário*. Brasília, UnB, 1995.
- SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. "Entre a Destruição e a Preservação". In: SCHIAVO, Cleia & ZETTL, Jayme (coord.). *Cultura, Memória e Cidade*. Rio de Janeiro, EdUERJ, 1997.
- THEODORO, Janice. "Memória e Esquecimento". In: *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, 135, out./dez. 1998.

RESUMO: Nosso objetivo é trabalhar uma relação entre oralidade e escrita, contemplando a tríade temática: tempo, memória, narrativa. Desejamos analisar alguns desvãos que se localizam entre o movimento da fala e o eternizar da escrita, marcando o sentido da vida no mundo, ao se tecer voz e letra na criação do texto.

PALAVRAS-CHAVE: Tempo; Memória; História de Vida.

MEANING AND MEMORY IN BUILDING NARRATIVE

ABSTRACT: In this article we deal with the relationship between speech and writing in Portuguese, in threefold aspects: time, memory and narrative. We intend to analyze some of the gaps between the streaming of speech act and the eternalizing practice of writing, marking the meaning of life in the world, when one elaborates the voice and the words in the creation of the text.

KEYWORDS: Time; Memory; Life History.